



## Nova realidade internacional favorece o Brasil, diz ministro

Fernando Pimentel, do Desenvolvimento, aponta chances do país em debate na Comissão de Assuntos Econômicos

O enfraquecimento do dólar como padrão monetário internacional, a ascensão da China como país produtor de mercadorias e a perda da capacidade de expansão do mercado de consumo

dos países desenvolvidos estão provocando um realinhamento profundo na ordem mundial. Para o ministro, o desafio do Brasil está em assumir seu papel como nação capacitada a exercer uma nova hegemonia. **3**



lta de Paulo/Senado Federal

Ao lado de Lobão Filho (D), Pimentel diz que país tem de vencer desafios de curto prazo, como o fortalecimento da indústria

### Importância de APP urbana é destacada em audiência

Governo e senadores defendem capítulo próprio no Código Florestal para áreas de preservação permanente nas cidades **5**

Márcia Kallume/Senado Federal



Debate de três comissões mostrou necessidade de regular APPs urbanas para evitar tragédias causadas pelo clima

### Plano diretor pode ser obrigatório em área de risco

Projeto de Lindbergh Farias foi aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e deve seguir direto para a Câmara. **4**

### Comissão vota cinco créditos adicionais a ministérios **8**

### Plenário conclui aprovação de novos diretores do Dnit **8**

Geraltio Magalhães/Senado Federal



Representantes dos defensores também pediram melhor remuneração na audiência presidida por Paulo Paim (2º à esq.)

### Defensores públicos exigem mais autonomia

Em debate na Comissão de Assuntos Sociais, categoria pediu nomeação de profissionais já aprovados em concurso. **7**

### Regras para garantir boa alimentação nas escolas

Comissão de Educação aprova estímulo à troca de doce, salgadinho e fritura por fruta, legume e verdura na merenda. **7**



Senador Roberto Requião preside a CE: intenção é evitar problemas como hipertensão, obesidade e colesterol alto

### Para Mozarildo, debates mostram desleixo do país com fronteiras **8**

### TV Senado deve receber 15 canais digitais ainda este ano **2**

Geraltio Magalhães/Senado Federal

Ministro das Comunicações afirmou que Casa receberá novos canais digitais em setembro; hoje, emissora chega com essa tecnologia apenas a Brasília e São Paulo



Paulo Bernardo (E) discute TV digital com os senadores Cícero Lucena, Randolfe Rodrigues, Flexa Ribeiro e Sérgio Souza

## TV Senado chegará a mais 15 capitais em sinal digital

O SENADO PODERÁ receber até 15 canais de TV digital em setembro. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, comprometeu-se ontem a consignar, dentro desse prazo, o maior número possível de canais para que a Casa instale estações digitais da TV Senado em capitais do país.

Os 15 canais foram incluídos no Plano Básico de Televisão Digital pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) nos últimos meses. Dessa forma, estão prontos para serem consignados pelo Ministério das Comunicações.

Os 15 canais digitais são para Maceió, Belém, Macapá, Rio de Janeiro, Porto Velho, Boa Vista, Vitória, João Pessoa, Rio Branco, Manaus, Salvador, Fortaleza,

Cuiabá, Recife e Natal.

Há mais seis canais sob consulta pública na Anatel que poderão ser consignados ao Senado. Aprovados, ganhariam canais digitais da TV Senado Campo Grande, Teresina, Curitiba, Aracaju, São Luís e Palmas.

O ministro recebeu ontem em audiência o 1º secretário, senador Cícero Lucena (PSDB-PB); os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Sérgio Souza (PMDB-PR); o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, e a coordenadora de expansão da Rede Senado de Rádio e Televisão, Virgínia Galvez.

O Senado está fazendo um esforço para levar a TV Senado a todo o país, em sinal aberto

e gratuito, por meio da nova tecnologia digital – que deverá substituir as transmissões analógicas até 2016. Hoje a emissora tem cobertura nacional por meio de TV por assinatura, antenas parabólicas e retransmissoras em sinal UHF analógico.

Com geradora digital em Brasília, a TV Senado transmite desde março quatro canais de programação simultâneos na capital, sempre que há eventos acontecendo no mesmo horário no Senado. Em Brasília, também é possível assistir à TV Senado no telefone celular ou em televisores móveis.

Em São Paulo, a TV Senado transmite em modo digital utilizando subcanalização (programação) e transmissor cedidos pela TV Câmara.

## Sarney recebe sugestões para o setor de ciência e tecnologia

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem documento com sugestões para a definição de um novo marco legal do setor de ciência, tecnologia e inovação. Representantes do setor foram acompanhados no encontro pelo senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e pelo deputado Sibá Machado (PT-AC).

O documento foi elaborado por um grupo de trabalho do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e do Con-

selho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti). O texto sugere a atualização da Lei de Inovação e crítica o regime de dedicação exclusiva imposto aos pesquisadores nacionais, entre outros pontos. Segundo o texto, a atual lentidão para aquisições e contratações chega a inviabilizar projetos científicos e de inovação que poderiam resultar em ganhos diretos e indiretos para a sociedade.

### Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos realizados por senadores em Plenário após as 19h15 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário PEC dos Precatórios

14h Ordem do dia prevê votação de vários requerimentos e continuidade da votação da PEC 63/10, dos precatórios, em primeiro turno.

### Presidência Ministra entrega Orçamento 2012

11h José Sarney recebe a deputada federal Dalva Figueiredo e o juiz federal João Bosco. Às 11h30, participa de cerimônia de entrega do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012, com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior. Às 12h, reúne-se com o governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, e com o senador Delcídio do Amaral (PT-MS).

### CAS Casas para famílias em áreas de risco

9h Votação do projeto que dá aos municípios a possibilidade de direcionar a construção de casas do programa Minha Casa, Minha Vida às famílias que moram em áreas de risco ou que já sejam desabrigadas.

### CDH Código Penal

9h Entre os diversos itens da pauta, está o projeto de lei do Senado que torna mais rigorosa a progressão entre regimes penitenciários e a concessão de livramento condicional.

### CCT Banda larga

9h Audiência pública para debater o Plano Nacional de Banda Larga, com a presença do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

### CCJ Código Florestal

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa emendas ao projeto de lei originário da Câmara dos Deputados que altera o Código Florestal.

### CI/CAE Royalties do petróleo

11h Reunião conjunta debate em audiência pública a repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação. Estão convidados o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; do Espírito Santo, Renato Casagrande; e de São Paulo, Geraldo Alckmin.

### Mercosul Eleição para o Parlasul

14h30 A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul realiza hoje a eleição do seu presidente e dos vice-presidentes.

### CE Financiamento

15h Comissão de Educação terá audiência pública por videoconferência no Interlegis, com a participação de integrantes das assembleias legislativas dos estados, para debater o financiamento da educação.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

### TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As demais reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## Nova representação no Parlasul será instalada hoje

A nova Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) será instalada hoje às 14h30, com a eleição de presidente e dois vice-presidentes. Pelo sistema de rodízio adotado, a presidência deverá ser ocupada por um senador. Está prevista ainda a escolha do vice-presidente brasileiro do

órgão legislativo regional, cargo que deverá ser ocupado por um deputado federal.

A nova representação passou de 18 para 37 parlamentares, dos quais 27 deputados e 10 senadores. Eles representarão o Brasil em Montevidéu, sede do Parlasul, até as eleições diretas dos parlamentares brasileiros,

previstas para ocorrer até 2014.

A instalação da nova Representação permitirá a retomada dos trabalhos do Parlasul, interrompidos desde o final do ano passado porque as sessões só podem ser promovidas com a presença de representantes dos quatro países do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

## Suplicy elogia Argentina por eleição prévia



Eduardo Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a realização de eleições primárias, em 14 de agosto, na Argentina. O senador lembrou ter apresentado, em abril, a PEC 23/11, que prevê a realização de eleições internas diretas nos partidos políticos para a escolha dos candidatos a cargos eletivos.

A proposta, rejeitada pela CCJ, ainda poderá ser apreciada novamente, já que foi interposto recurso para a separação de outra proposta com a qual tramitava em conjunto.

## Blairo: hegemonia agrícola do Brasil sob ameaça



Blairo Maggi

A Argentina poderá, em breve, superar o Brasil na produção de grãos como soja, trigo, milho e cevada, afirmou Blairo Maggi (PR-MT).

Isso porque, segundo o senador, as condições de logística de transporte e embarque nos portos argentinos são muito mais favoráveis.

Blairo participou de congresso do Clube da Fibra (produtores de algodão) na Argentina e disse ter constatado que o Brasil pode perder sua hegemonia como grande exportador mundial de grãos.

## Nota sobre reportagens a respeito da remuneração de servidores

A Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs) divulgou nota com esclarecimentos a respeito de matérias publicadas pela imprensa sobre relatório atribuído ao Tribunal de Contas da União (TCU) e sobre a remuneração de servidores de Casa.

Nos últimos dias, alguns veículos da mídia nacional vêm divulgando informações sobre suposto relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que apontaria ilicitudes praticadas pelo Senado Federal em relação, principalmente, ao pagamento de salários a servidores acima do teto constitucional.

Como não há deliberação do TCU sobre o assunto, o Senado Federal está impossibilitado de responder formalmente às denúncias da mídia, que podem estar eivadas de erros e ví-

cios. Ao que consta, relatório do TCU só se torna oficial quando votado em Plenário.

Expor ou acusar servidores e diretores da Casa de forma extemporânea não se coaduna com o bom jornalismo.

É importante lembrar que coube ao próprio presidente Sarney, em nome da transparência, solicitar em 2009, ao TCU, auditoria sobre a folha salarial da Casa.

**Secretaria Especial de Comunicação Social**

Ministro diz que mercado interno forte e recursos naturais abundantes pavimentam o protagonismo brasileiro diante da crise do dólar como padrão



Fernando Pimentel (E), ao lado de Lobão Filho, que presidiu a reunião da CAE. Na foto à direita, senadores Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles e Benedito de Lira



## Marta acredita na continuidade do crescimento

Marta Suplicy (PT-SP) antecipou que o produto interno bruto (PIB) brasileiro do segundo trimestre, a ser anunciado na sexta-feira pelo IBGE, vai registrar uma alta de 0,8% ante o primeiro trimestre. O índice representa um crescimento acumulado de 3% ao ano. Marta avalia que este é um bom resultado, mas adverte para a necessidade de o país permanecer alerta.

A senadora acredita que o Brasil continuará crescendo, em decorrência da adoção, pelo governo federal, de um misto de política monetária e política fiscal para conter a crise. Ela destacou a decisão da presidente da República, Dilma Rousseff, no início do governo, de adotar a austeridade fiscal nas contas públicas.



Senadora elogia as medidas de austeridade fiscal do governo

## "Barateamento" de demissões é rejeitado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou ontem projeto que acabaria com multa adicional de 10% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), paga pelo empregador no caso de demissão sem justa causa do empregado.

Instituída em 2001, essa penalidade teria caráter transitório, para equilibrar as contas do FGTS, conforme justificativa do autor do PLS 373/07 – Complementar, o então senador Raimundo Colombo, hoje governador de Santa Catarina.

A multa de 10% se adiciona à de 40% prevista na legislação anterior, elevando para 50% do FGTS o ônus do empregador no caso da demissão imotivada.

# Para ministro, mudança de paradigmas fortalece posição mundial do Brasil

O BRASIL ESTÁ diante da possibilidade de tirar proveito de uma mudança de paradigmas sem precedentes, afirmou ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.

Segundo ele, pela primeira vez no mundo um único país – a China – é capaz de produzir a preços inferiores à média internacional.

Nem os Estados Unidos, no século 19, dominaram toda a pauta do comércio internacional, na avaliação do ministro.

De acordo com Pimentel, diante do enfraquecimento monetário e fiscal dos EUA, o mundo começa a discutir a substituição do dólar como padrão monetário internacional.

Os países da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), con-

forme revelou, já discutem mecanismos de troca lastreados em moedas locais, e não no dólar.

Outra mudança de paradigma, apontou o ministro, ocorre no mercado de consumo, porque os Estados Unidos e a Europa estão perdendo a capacidade de expansão. O dinamismo desse mercado está sendo liderado pelos países emergentes.

A conjugação das três mudanças de paradigmas, no entender de Pimentel, cria um novo modelo de nação hegemônica, um modelo que depende de quatro fatores: mercado interno forte, recursos naturais abundantes, possibilidades tecnológicas e segurança institucional.

O Brasil tem todos os requisitos para se colocar no cenário das nações líderes, "mas precisa vencer desafios de curto prazo". Um deles, na avaliação do ministro, é a recuperação da

competitividade da indústria nacional.

– Nenhuma nação líder se constrói sobre uma indústria fraca – observou, defendendo a passagem do ambiente industrial do século 20 para o paradigma do século 21.

## Receita

A receita para isso é investir em inovação, dar tratamento adequado à produção local, reduzir os efeitos da competição predatória no país, desonerar a folha de pagamento das empresas e adotar regime tributário diferenciado.

Essas medidas estão previstas no plano Brasil Maior, anunciado recentemente pelo governo.

Ao defender a preferência por produtos nacionais nas compras governamentais, Pimentel citou o exemplo dos Estados Unidos: o mecanismo Buy American Act restringe as

aquisições de produtos estrangeiros para uso interno naquele país.

Pimentel defendeu também a aprovação, pelo Senado, de projeto de resolução (PRS 72/10) do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que padroniza as alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e elimina benefícios concedidos a importadores na cobrança desse imposto pelos estados.

A audiência pública com o ministro Fernando Pimentel na CAE foi realizada por iniciativa dos senadores Luiz Henrique (PMDB-SC), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Delcídio do Amaral (PT-MS) e Francisco Dornelles (PP-RJ).

O senador Lobão Filho (PMDB-MA) presidiu os trabalhos.

## Senadores esperam redução da taxa de juros

Na audiência da CAE, senadores manifestaram a expectativa de que o Conselho de Política Monetária (Copom) reduza a taxa de juros na reunião que começou ontem e será concluída hoje.

Lindbergh Farias (PT-RJ) informou que o governo pagou de juros da dívida federal R\$ 119 bilhões no primeiro semestre, em decorrência das taxas elevadas. Francisco Dornelles (PP-RJ) afirmou que, na verdade, o total nesse período foi de R\$ 138 bilhões.

Lindbergh avaliou que, na crise de 2008, o governo errou na política monetária e citou uma reunião supostamente ocorrida entre o então presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e os economistas Delfim Netto e Luiz Gonzaga Belluzzo, em que se teria chegado a um consenso sobre a redução da taxa de juros. Mas, como observou, a redução não foi colocada em prática. Fernando Pimentel disse fazer suas as palavras de Lindbergh.

Luiz Henrique (PMDB-SC) disse também esperar a redução da taxa de juros e a ampliação dos investimentos na economia.

## Dornelles quer que país reaja a produto asiático

Francisco Dornelles (PP-RJ) pediu que a Câmara dos Deputados aprove o projeto de sua autoria que cria o Conselho de Defesa Comercial. Esse conselho permitiria ao governo tomar medidas mais rápidas contra produtos subsidiados e de baixa qualidade importados da Ásia.

O PLS 715/07, já aprovado pelo Senado, pretende melhorar o sistema de defesa comercial do Brasil. Embora seja razoavelmente organizado, segundo Dornelles, esse sistema atua com lentidão e é "extremamente hesitante em relação à aplicação de direitos provisórios".

– O país está sendo inundado por produtos que chegam com preços inferiores aos praticados no mercado de origem ou com elevado grau de subsídios – criticou.

O senador falou na audiência realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos, que teve a presença do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.

## Pimentel anuncia mudança na lei das zonas de processamento de exportação

O governo vai alterar a lei de criação das zonas de processamento de exportação (ZPEs), distritos industriais incentivados, cujas empresas operam com suspensão de impostos, liberdade cambial e procedimentos administrativos simplificados. O anúncio foi feito pelo ministro Fernando Pimentel, na audiência na CAE.

Um dos alvos das mudanças é o dispositivo que obriga as empresas que operam em ZPEs a destinarem pelo menos 80% de sua produção ao mercado

externo. Pimentel reconheceu que a lei está obsoleta, principalmente diante da retração dos mercados dos Estados Unidos e da Europa.

– Hoje, apenas três ou quatro empresas brasileiras, entre as de maior porte, conseguem exportar 80% de sua produção.

As mudanças, conforme esclareceu o ministro, podem ser feitas por meio do projeto de lei de conversão da Medida Provisória 540/11, que instituiu as medidas do plano Brasil Maior.

## Exigência menor para as ZPEs da região Norte

Jorge Viana (PT-AC) pediu ontem apoio para aprovação de um projeto de lei de sua autoria que altera a Lei das Zonas de Processamento de Exportação (Lei 11.508/10), reduzindo de 80% para 60% o limite mínimo de receita bruta de exportações das empresas nas ZPEs da faixa de fronteira da região Norte. O objetivo é atrair mais empresas com o tratamento especial.



Jorge Viana pretende atrair mais empresas para a faixa de fronteira

O desenvolvimento regional também foi defendido por Valdir Raupp (PMDB-RO), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Walter Pinheiro (PT-BA) e Cyro Miranda (PSDB-GO).

## Proposta incentiva reaproveitamento de águas

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem o PLS 411/07, que incentiva a economia e o reaproveitamento de água e a conservação dos recursos hídricos. De autoria de Marcelo Crivella (PRB-RJ), a proposta foi aprovada, em primeiro turno, na forma do substitutivo do relator, Paulo Paim (PT-RS). Ainda haverá votação suplementar.

Pelo projeto, a construção de edifícios só terá recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) se houver previsão de reaproveitamento hídrico. E as edificações existentes terão 360 dias para instalar sistemas de reaproveitamento e reutilização de águas.

Waldemir Barreto/Senado Federal



Romero Jucá (E), Aloysio Nunes e José Agripino: acordo para recuperar escolas públicas. Ao microfone, Benedito de Lira

## Municípios devem aprovar plano diretor até 2016

A proposta votada na CDR altera o Estatuto da Cidade para adequar a situação dos municípios às exigências da lei que trata do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec)

MUNICÍPIOS QUE APRESENTEM áreas de risco, como encostas de morros e várzeas de rios, terão que elaborar e aprovar plano diretor de ordenamento territorial até 31 de dezembro de 2016. Isso é o que estabelece projeto (PLS 23/11) do senador Lindbergh Farias (PT-RJ) aprovado por unanimidade, em decisão terminativa, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

A proposta altera o Estatuto da Cidade para adequar a situação desses municípios às exigências da lei que trata do

Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec). Essa lei prevê a assinatura de termo de adesão de estados e do Distrito Federal ao Sindec, a partir do qual esses entes federados terão prazo de 180 dias para mapear suas áreas de risco, levantamento que deverá ser atualizado anualmente.

A Constituição atribui à União competência para "elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território" e obriga os municípios com população superior a 20 mil habitantes a elaborarem plano diretor. Apesar dessa exigência

legal, o relator, Ciro Nogueira (PP-PI), afirma ainda haver amplas áreas do território nacional sem plano urbanístico, vulneráveis, portanto, à ocupação predatória do solo.

Lindbergh aponta que a ocupação de áreas de risco não ocorre apenas nas grandes cidades. O problema é que os pequenos municípios não estão obrigados a ter um plano diretor de ordenamento territorial. Para o senador, o estudo realizado por essas cidades deveria ser simplificado e elaborado com o apoio da União e dos estados.

## Senadores pedem critérios de segurança geológica

O Estatuto da Cidade poderá ser alterado para estabelecer que a elaboração do plano diretor seja orientada por carta geotécnica que determine, com base em critérios técnicos de segurança geológica, as áreas passíveis de ocupação urbana. É o que prevê o PLS 116/11, de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), aprovado ontem pela CDR, em decisão terminativa. O projeto concede prazo máximo de dois anos para que os municípios cujos planos diretores já tenham sido elaborados sem a orientação da carta geotécnica façam as adaptações.

Uma carta geotécnica é um documento cartográfico com informações sobre as diversas características geológicas e geomorfológicas de determinado município. Ela facilita a criação de regras e normas para a ocupação urbana, mostrando as áreas de risco geológico.

Em parecer favorável, o relator, Eduardo Amorim (PSC-SE), afirma que a proposta "constitui louvável contribuição para a promoção sustentável do desenvolvimento urbano".

## Projeto sobre planos de paisagismo passa na CDR

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem projeto que disciplina o plano de paisagismo urbano dos municípios. De autoria do ex-deputado federal Miguel Martini, a matéria foi aprovada na forma do substitutivo apresentado pela relatora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

De acordo com o substitutivo, o plano de paisagismo urbano terá de ser aprovado por decreto municipal e será um documento independente do plano diretor. O projeto original previa a inclusão de plano de arborização urbana no plano diretor da cidade. A proposta (PLC 59/10) segue para votação terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A CDR também aprovou o PLS 170/11, que aumenta em dez anos o prazo para a aprovação de projetos beneficiados com redução do Imposto de Renda e adicionais nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene. O novo prazo ficará fixado para 31 de dezembro de 2023.

## Aprovados R\$ 74 milhões para recuperar escolas

O Plenário aprovou ontem o MP 531/11, que destinou crédito extraordinário de R\$ 74 milhões para a recuperação de escolas atingidas por desastres naturais. Os recursos, em favor do Ministério da Educação, foram destinados ao plano especial de recuperação da rede física escolar pública, previsto no PLV 20/11, aprovado no dia 24 pelos senadores.

O texto recebeu elogios dos senadores oposicionistas, que já haviam anunciado a intenção de aprová-lo durante a votação do PLV que criou o plano de recuperação. O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), citou exemplos recentes de MPs que geraram ações diretas de inconstitucionalidade por parte da oposição e se disse satisfeito ao dar parecer favorável à aprovação da MP.

– Ela tem, sim, urgência e relevância e será com certeza absoluta aprovada por todos.

O líder do DEM, José Agripino (RN), lembrou a aprovação do plano de recuperação das escolas previsto na MP 530/11 e afirmou que seria impossível votar contra a MP 531.

– Uma completa a outra. Se votamos a favor da anterior, e eu manifestei minha posição logo após votar a favor, a nossa posição é favorável, em nome da educação – afirmou. Benedito de Lira (PP-AL) elogiou a presidente Dilma Rousseff pela iniciativa.

Os R\$ 74 milhões para o plano já foram integralmente executados. O repasse foi destinado principalmente às escolas da Região Serrana do Rio de Janeiro.



Valadares defende aproveitamento econômico de resíduos sólidos

## Valadares quer aproveitamento de lixo no Brasil

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse ontem que o Brasil precisa avançar no aproveitamento racional dos resíduos sólidos, que chegam a 200 mil toneladas por dia. O lixo a céu aberto, assinalou, gera graves consequências ambientais e à saúde.

O senador lembrou que, de acordo com a Lei 12.305/10, todos os lixões deverão ser substituídos por aterros sanitários até 2014. Mas ressaltou que o metano produzido pelo lixo no Brasil poderia ser aproveitado na produção de energia elétrica, chegando a cerca de 2 mil megawatts diários – produção de uma central nuclear como Angra 1, com vantagens de custo, segurança e limpeza ambiental.

## CDR aprofundará discussão sobre área do turismo

Por iniciativa de Lídice da Mata (PSB-BA), a CDR realizará três audiências públicas. Com a Embratur e a Fornatur (Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo), discutirá a promoção do Brasil no exterior. Política tributária de incentivo ao turismo e turismo rural serão tema de outros encontros.

Para debater turismo rural serão convidados os presidentes do Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural (Idetur), Andreia Roque, e da Associação

Brasileira de Turismo Rural (Abratur), Francisco Garcez; o diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico do Ministério

do Turismo, Ricardo Moesch; e o secretário estadual de Habitação de São Paulo, Silvio Torres.

Também por sugestão de Lídice, a CDR solicitará participação no ciclo promovido pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI) sobre a repartição dos royalties do petróleo.

Já Cícero Lucena (PSDB-PB) propôs, e a CDR aprovou, que grupo de senadores acompanhe, *in loco*, as obras de transposição do rio São Francisco.



Lídice da Mata e Cícero Lucena: senadores verão transposição

## Lídice da Mata: Embratur deve priorizar a América Latina

Lídice da Mata defendeu ontem a ampliação de investimentos e campanhas publicitárias do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) em países da América do Sul.

A parlamentar disse que a Embratur vem priorizando há vários anos a Europa como local de promoção do turismo nacional, mas deixando de lado os países da América do Sul, que poderiam ser grande emissores de turistas, sobretudo durante a Copa do Mundo de 2014, quando, pela primeira vez, cinco países da região deverão participar do evento.

Relatando sua participação em congresso do setor hoteleiro, ocorrido na semana passada na Bahia, a senadora informou que a rede hoteleira brasileira já está preparada para a Copa do Mundo. Ela considerou também fundamental a ampliação dos investimentos no desenvolvimento do turismo interno, como forma de dar à atividade um caráter permanente.

– Em todos os países, o turismo interno é a principal base do turismo. E, na Europa, os países são visitados por pessoas do próprio continente europeu – afirmou a senadora.

## Luiz Henrique quer votar Código Florestal na próxima terça-feira

Luiz Henrique (PMDB-SC) anunciou ontem sua disposição de colocar em votação no próximo dia 6 o relatório do projeto de lei de reforma do Código Florestal (PLC 30/11), elaborado para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ). O parecer deverá ser lido na reunião da CCJ de hoje e tratará apenas da adequação à Constituição e a outras normas legais.

– Fiz alterações do ponto de vista jurídico. Temos de aprovar uma lei que seja durável, factível e que não possa ser atacada – assinalou, referindo-

se a questionamentos ao texto de autoria do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), aprovado pela Câmara em maio.

Logo depois do anúncio, o parlamentar recebeu pedidos para que a matéria possa ser analisada por mais algum tempo, o que o levou a colocar como possibilidade a data de 14 de setembro para a votação do relatório.

O projeto recebeu mais de 30 emendas em sua tramitação pela CCJ, mas o relator sugere que seus autores as apresentem nas comissões que vão examinar o mérito.

Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia lembrou que maioria dos desastres climáticos recentes do país ocorreram em áreas de preservação ocupadas irregularmente

## Debate destaca APP urbana como proteção às pessoas

AS REGRAS PARA áreas de preservação permanente (APPs) urbanas devem incorporar o princípio da proteção à vida humana, o que vai requerer a inclusão de parâmetros no novo Código Florestal que vão além da proteção ambiental. A preocupação foi manifestada pelo secretário de Políticas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Carlos Afonso Nobre, em debate ontem nas comissões de Meio Ambiente (CMA), de Agricultura (CRA) e de Ciência e Tecnologia (CCT).

Nobre lembrou que a maioria dos desastres climáticos que ocorreram recentemente no país foram em áreas protegidas, como as inundações nas várzeas e os deslizamentos nas encostas. Dessa forma, ele ponderou que as regras para ocupação de áreas no entorno de rios que cortam as cidades e em declives devem ser definidas com o propósito de proteger a vida nos assentamentos urbanos.

Segundo ele, a largura mínima da APP ripária [às margens

de rios] vai depender do regime hidrológico, do grau de impermeabilização de cada cidade e do regime de chuvas. Para ele, não é possível uma regra padronizada para as diferentes situações.

Nobre observou que a forte urbanização do país e o aquecimento global têm resultado em uma maior frequência de chuvas intensas. Em São Paulo, exemplificou, chuvas fortes que ocorriam a cada década agora ocorrem a cada ano.

Ele defendeu como parâmetro para definir APPs urbanas ripárias a chamada passagem de inundação, zona delimitada pela onda que se forma no transbordamento do rio em decorrência de fortes chuvas. A sugestão foi elogiada pelo presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

mentos em Santa Catarina e no Rio de Janeiro eram em APPs ocupadas irregularmente. Para ele, assentamentos urbanos deveriam ser proibidos em áreas com declive acima de 25 graus. Também nesse caso, Nobre sugeriu que as normas sejam definidas a partir de estudos que levem em conta as condições de cada região.

A possibilidade de descentralizar as definições de APPs foi apoiada por José Carlos Martins, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic). Para ele, a lei federal deve definir parâmetros gerais, e a legislação de estados e municípios, regras para áreas protegidas.

– Há locais onde o impacto é maior que em outros. Temos que avaliar, com estudo técnico, o grau de segurança para a população – disse Martins.

Caio Portugal, vice-presidente do Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP), opinou que cada empreendimento imobiliário deve ser precedido de estudo definindo as dimensões da área a ser protegida.

### Encostas

O secretário do MCT lembrou que 70% das mortes registradas nos desastres climáticos ocorreram em encostas e que 85% das áreas atingidas por desliza-



Luiz Henrique antecipou à bancada do PMDB seu relatório do Código Florestal

## Em relatório, senador faz mudança em artigo polêmico

Em reunião com a bancada do PMDB, realizada ontem, Luiz Henrique antecipou o relatório ao projeto do novo Código Florestal (PLC 30/11). Segundo ele, a bancada do partido aprovou o documento por unanimidade.

O senador afirmou que o relatório deverá ter pontos coincidentes com a proposta da Comissão de Meio Ambiente (CMA), relatada por Jorge Viana (PT-AC).

– Meu desejo é que trabalheemos juntos, quem sabe até para operar um só parecer – considerou

Luiz Henrique disse que modificou o “polêmico artigo oitavo”, que trata da legalização da atividade agrícola feita até julho de 2008 em áreas de preservação permanente

(APPs), como várzeas e topos de morros. O objetivo do relator é reduzir conflitos, já que os ambientalistas consideram esse artigo uma anistia aos desmatadores.

Pela nova redação, a intervenção ou supressão de vegetação nativa em APPs somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas na lei em discussão. Ficará autorizada apenas a continuidade das atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até julho de 2008.

Com isso, o senador espera ter colocado “travas” no projeto, de modo a não permitir, “de maneira nenhuma”, novos desmatamentos.

## Sérgio Souza presidirá Comissão Mista de Mudanças Climáticas

Sérgio Souza (PMDB-PR) foi eleito presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, e o deputado Alfredo Sirkis (PV-RJ), vice-presidente. O relator será de-

finido em votação posterior. A resolução que criou a comissão determinou que o relator não será escolhido pelo presidente, como em outras comissões. No dia 14 de setembro, deverá ser ouvido o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Itamaraty.

Sérgio Souza lamentou que o Congresso “tenha ficado alheio às questões do meio ambiente em 2010”, quando a comissão não foi instalada. Ele lembrou que este ano haverá a 17ª Conferência das Partes da Nações Unidas sobre Mudança Climática, na África do Sul, e que a comissão deve preparar posição do Congresso para a Rio+20, em 2012.



Senadores Gurgacz (3º à esq.), Rollemberg (4º à esq.) e Aloysio (de pé) com os debatedores da audiência sobre APPs

## Governo defende uso de APP para lazer nas cidades

As APPs nas cidades devem ser destinadas ao lazer ao ar livre para a população, como parques públicos.

Celso Carvalho, da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, e João de Deus Medeiros, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, consideram que a proposta de Código Florestal aprovada na Câmara acerta ao manter as APPs nas cidades, mas ponderaram que elas não devem ser de uso privado nem ser espaços intocados, mas sim espaços públicos de lazer.

## Senadores apoiam capítulo sobre áreas urbanas no código

A inclusão de um capítulo específico para áreas urbanas no Código Florestal foi defendida por Nabil Georges Bonduki, secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente e professor da Universidade de São Paulo (USP). A ideia recebeu apoio de Blairo Maggi (PR-MT), Luiz Henrique (PMDB-SC) e Ana Amélia (PP-RS).

Para Bonduki, o agrupamento de questões específicas das áreas urbanas em um único capítulo do código facilitará o diálogo com legislações específicas, como é o caso do Estatuto da Cidade, da lei que trata do parcelamento do solo urbano e

das leis decorrentes da Política Nacional de Habitação.

– Mas isso não quer dizer que as APPs urbanas estejam desvinculadas das APPs rurais. Elas não são autônomas entre si – alertou.

O presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), observou que a legislação ambiental tem sido muito mais rígida para a população rural.

A necessidade de regras para as APPs foi apontada por Jorge Viana (PT-AC), relator na CMA do projeto de novo código. Ele manifestou preocupação com a ocupação desordenada das cidades, que aumenta as demandas de serviços de defesa civil.

## Marinor critica pressa para aprovação do Código Florestal

Alguns senadores, segundo Marinor Brito (PSOL-PA), estão pressionando pela aprovação do projeto do novo Código Florestal na CCJ sem que sejam ouvidos os juristas que a própria comissão convidou a opinar.

– Estamos presenciando uma tentativa de atropelar o debate com um rolo compressor – disse.

A senadora afirmou que a Casa ouviu representantes do agronegócio, “porém não deu espaço para quem está preocupado com a manutenção das florestas”.

Marinor pediu que, antes de votar o relatório de Luiz Henrique, a CCJ ouça representantes da OAB, da CNBB, da Via Campesina e de outras instituições.



Marinor pede que a CCJ ouça quem se preocupa com a preservação de florestas



Sérgio Souza diz que comissão vai participar da COP-17, em Durban

Presidente do Senado citou, como argumento para a urgência dessa nova pasta, casos recentes em que mães incentivaram seus filhos pequenos a praticar crimes nas ruas

## Sarney defende criação de ministério para as famílias

O SENADOR JOSÉ Sarney (PMDB-AP) lamentou ontem, em discurso no Plenário, o "caminho de infelicidade" trilhado por crianças e adolescentes envolvidos com drogas e prostituição, problemas que ele atribuiu à desestruturação familiar. Sarney elogiou os programas sociais do governo federal, mas disse que as famílias precisam de mais apoio.

– Cenas como as que temos visto ultimamente, de crianças incentivadas à prática de crimes por suas mães, crianças que assaltam e, detidas, depredam instituições encarregadas de dar-lhes proteção, voltando em seguida para a vida nas ruas, mostram que nós ainda não atingimos o cerne do problema. E este, creio eu, é a família – afirmou.

Sarney lembrou que, em 1972, propôs da tribuna do Senado a criação de um ministério que cuidasse do bem-estar social e da família. Segundo seu relato,



Em discurso, Sarney lembra que havia proposto ministério das famílias em 1972

diferentes órgãos cuidavam de vários aspectos da questão naquela época, mas, sem um órgão coordenador, as ações sociais eram tidas mais como caridade do que como dever estatal.

– Fui uma das vozes pioneiras deste país para que se colocasse o problema social na agenda das nossas preocupações. Àquele tempo, nossas preocupações eram somente com a agenda econômica como responsabilidade do Estado. Tanto que, presidente da República, escolhi

como lema do governo "Tudo pelo Social" – lembrou.

### Fome

Sarney disse que tragédias como a da Somália chamam o mundo inteiro a tomar atitudes concretas contra a fome. Ele exaltou a criação, pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de um ministério dedicado ao combate à fome – eles esperam que a pasta venha a se tornar o Ministério do Desenvolvimento Social e da Família.

## Anibal Diniz manifesta apoio a exportadores de área fronteiriça

Anibal Diniz (PT-AC) anunciou seu apoio a projeto do senador Jorge Viana (PT-AC) que prevê redução do limite da receita bruta decorrente de exportação por pessoa jurídica instalada em zonas de processamento de exportação (ZPEs) localizadas em faixa de fronteira na região Norte.

O senador contou que uma ZPE encontra-se em implanta-

ção no Acre, o que representa grande esperança para a economia local.

A proposta de Jorge Viana vai reduzir a obrigatoriedade de exportação do produto de 80% para 60% do faturamento das empresas instaladas na ZPE.

Diniz também anunciou que o Ministério dos Transportes vai acelerar a licitação para a construção de uma ponte sobre o rio



Segundo Diniz, uma ZPE no Acre vai favorecer a economia local

Madeira, entre Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC). A travessia hoje é feita por balsa que atua em regime de concessão.

## Senado aprova embaixadores para o Gabão e o Vietnã

O Senado aprovou ontem as indicações dos diplomatas Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, para representar o Brasil junto ao Gabão, e Vitoria Alice Cleaver, que será a nova embaixadora no Vietnã.

Ambos foram sabatinados e aprovados pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) na semana passada, quando destacaram a política brasileira de aproximação com países em desenvolvimento tanto na

África e quanto na Ásia.

Bruno Cobuccio disse na CRE que há um renascimento africano e que estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que a África terá crescimento superior ao da Ásia nos próximos dez anos.

Vitoria Alice Cleaver, por sua vez, assinalou que o comércio entre Brasil e Vietnã passou de US\$ 47 milhões em 2003 para US\$ 936 milhões em 2010, nos dois sentidos.

### Acatados acordos entre Brasil e Filipinas

Dois acordos internacionais celebrados entre Brasil e Filipinas em 24 de julho de 2009 foram aprovados pelos senadores. Um deles refere-se ao exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico (Projeto de Decreto Legislativo 127). O outro é referente a memorando de entendimento sobre cooperação no campo da agricultura (PDS 128).

## Agripino anuncia reunião em apoio à CPI da Corrupção

Senadores e deputados favoráveis à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar corrupção no governo vão se reunir hoje na Câmara dos Deputados para "renovar seu compromisso com a limpeza", informou o senador José Agripino (DEM-RN).

Ele também convidou para a reunião os parlamentares que dia 22 fizeram sessão de apoio à presidente Dilma Rousseff. O senador afirmou que, passados dez dias da sessão, a presidente mudou seu discurso.

– A presidente já não fala mais em faxina. Pelo contrário: desconversa – afirmou o parlamentar.



Agripino convidou para a reunião quem deu apoio à presidente Dilma

Agripino recebeu apoio de Alvaro Dias (PSDB-PR) e Cristovam Buarque (PDT-DF), o qual disse que em alguns dias decidirá se assina o requerimento para criação da CPI.

## Simon critica "governo paralelo" de Lula e Dirceu

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez, em pronunciamento, um alerta à presidente Dilma Rousseff: os encontros do ex-presidente Lula e do ex-ministro José Dirceu com integrantes do governo podem enfraquecer a autoridade dela.

Para Simon, que disse não crer em "negociatas ou atos ilícitos" entre os envolvidos, os encontros podem ser confundidos com um governo paralelo:

– É competência do senhor José Dirceu ter uma série de pessoas, uma série de ministros, num quarto de hotel em Brasília, discutindo política?

Simon lembrou que Lula



Para Pedro Simon, encontros de Lula e Dirceu com ministros afetam Dilma

tem aparecido na imprensa "falando com o ministro, com o governador, com o parlamentar". Mas ponderou que o ex-presidente sempre reforçou a tese de que, em 2014, ela será candidata à reeleição.

– Essas coisas estão ficando graves. E alguém se pergunta então se a presidente Dilma não está recuando. Digo que não.

## Cristovam pede que Dilma evite "governo de continuidade"

Cristovam Buarque (PDT-DF) aconselhou a presidente da República Dilma Rousseff a evitar que sua gestão seja um "governo de continuidade". Apesar de sua compreensível gratidão ao ex-presidente Lula, Dilma deveria ir adiante, disse.

– Um governo de continuidade já começa com oito anos, já começa envelhecido – alertou.

Para Cristovam, a presença dessa "sombra" pode prejudicar Dilma tanto quanto acusações irresponsáveis da oposição. Ele observou que a atuação paralela de figuras do governo anterior pode comprometer a credibilidade e o respeito da sociedade em relação à presidente.



Para Cristovam, Dilma precisa dar novo conteúdo a seu governo

– A democracia não é feita apenas para renovar o nome de quem assina os atos que vão para o *Diário Oficial*. A democracia é feita também para renovar o conteúdo daquilo que vai para o *Diário Oficial*.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro\*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Geovani Borges • Jorge Viana • José Sarney • Cícero Lucena • Wilson Santiago • Eduardo Amorim • Jayme Campos • Inácio Arruda • Paulo Paim

\* Licenciados

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Defensores públicos da União buscam autonomia

Autonomia. Essa foi a reivindicação que sobressaiu na audiência realizada ontem pela Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que tratou da atuação da Defensoria Pública da União (DPU). Também foi destacada a necessidade de ampliar os quadros de defensores e servidores de apoio, além de melhorar a remuneração e a estrutura administrativa do órgão.

Segundo o defensor público-geral federal em exercício, Afonso Carlos Roberto do Prado, existem apenas 450 defensores públicos federais em atuação no país. Apesar do contingente restrito, a expecta-

tativa da categoria é fechar o ano com 1,3 milhão de atendimentos, focados na assistência jurídica à população carente.

### Concurso

Na perspectiva de ampliar o alcance das ações, Afonso do Prado fez apelo pela nomeação de 15 defensores concursados e pela contratação de mais 180 aprovados para o cargo. Enquanto aguarda o desembaraço de mil requisições de servidores de outros órgãos para a DPU, pleiteou a realização de concurso público para compor quadro próprio.

O presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef), Gabriel Faria Oliveira, recordou que,

em 2005, grupo interministerial concluiu pela necessidade de criação de cerca de 1,2 mil cargos de defensor público e de 4 mil vagas em carreiras de apoio. A última movimentação nesse sentido foi a criação, em 2008, de 200 cargos de defensor público.

O reforço no quadro de pessoal vai permitir, segundo Afonso do Prado e Gabriel Oliveira, a interiorização do trabalho. O secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Marcelo Vieira de Campos, confirmou o interesse em fortalecer a DPU. Conforme ele, existe hoje um defensor público – juntando as esferas federal e estadual – para cada 32 mil brasileiros.



Senador Paulo Paim (3º à esq.) preside audiência com defensores públicos: aumento do quadro permite interiorização

## Categoria quer ampliação do atendimento

Todas as comarcas do país precisam contar com defensorias públicas, garantindo o acesso à Justiça, condição para o Estado democrático de direito, defendeu o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, André Luis Machado de Castro.

A Constituição prevê autonomia para as defensorias estaduais, mas não para as da União e do Distrito Federal. Proposta de emenda à Constituição (PEC 82/11) de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) propõe igualar as prerrogativas.

De acordo com André Luis Castro, apenas 42% das comarcas brasileiras têm defensores públicos. A falta de defensores atinge principalmente localidades do interior, justamente onde estão as populações mais carentes de recursos e de assistência jurídica.

Já a presidente do Sindicato Nacional dos Servidores da Defensoria Pública da União, Eunice Corrêa Barros, ressaltou que a Constituição garante acesso à Justiça e igualdade entre as partes.

– A defensoria está no DNA

da democracia – destacou a dirigente.

Pedro Taques (PDT-MT) concordou que a democracia se consolida com uma defensoria pública técnica e eficiente e, para isso, é apropriado que as defensorias da União e do Distrito Federal tenham autonomia. Wilson Santiago (PMDB-PB) salientou que a defensoria é fundamental para garantir o respeito ao cidadão, enquanto Paulo Paim (PT-RS) assinalou que a autonomia pressupõe independência administrativa, orçamentária e funcional.

## Paim defende aprovação da Emenda 29

Na opinião de Paulo Paim (PT-RS), o Congresso deve aprovar a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que destina obrigatoriamente à saúde 10% dos recursos da União, 12% da receita estadual e 15% da municipal. O senador mencionou pesquisa do Instituto DataFolha apontando a saúde, a educação e a erradicação da violência como prioridades dos brasileiros e revelando que a sociedade é favorável à Emenda 29.

Paim defendeu o acesso universal e igualitário à saúde. Apesar de o governo só concordar com a aprovação da regulamentação da emenda se houver indicação de novas fontes de recursos, o parlamentar argumentou ser possível acabar com a Desvinculação de Receitas da União (DRU) no caso da saúde, “o que representaria mais R\$ 50 bilhões para o setor”.



Senador quer cumprimento da Lei Pelé

## Perrella exige seguro de vida para jogadores

O senador Zeze Perrella (PDT-MG) comunicou em Plenário a apresentação de projeto de lei estabelecendo sanção aos clubes de futebol profissional que não contratarem seguro de vida para seus atletas, conforme prevê a Lei Pelé (Lei 9.615/98).

O projeto atribui à Confederação Brasileira de Futebol (CBF) a obrigação de exigir comprovação de contratação de seguro de todo atleta profissional a ser inscrito em competições por ela patrocinadas. Dessa forma, atletas sem seguro não poderão participar das competições.

## Geovani registra caminhada pela acessibilidade

Geovani Borges (PMDB-AP) elogiou a 31ª edição da Caminhada Alexandrina, em Macapá. A caminhada, “um dos eventos mais tradicionais do Amapá”, apresentou neste ano o tema acessibilidade para as pessoas com deficiência.

– A acessibilidade é condição básica para a inclusão dessas pessoas – disse o senador.

Conforme Geovani, a caminhada, promovida pela Escola Estadual Alexandre Vaz Tavares, “se transformou em uma mobilização reflexiva sobre os temas que afetam a vida em sociedade”.



Para o senador, um evento da cidadania

Projeto que institui diretrizes para a promoção de alimentação saudável nas escolas foi aprovado na CE, em decisão terminativa, e deve seguir para a Câmara

# Alimento regional e mais saudável na merenda escolar

PROJETO QUE INSTITUI diretrizes para a promoção de uma alimentação saudável nas escolas foi aprovado pela Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa. A proposta, do então senador Sérgio Zambiasi, deve seguir para a Câmara.

O PLS 225/10 baseia-se em portaria dos ministérios da Saúde e da Educação para estimular práticas alimentares saudáveis no ambiente escolar. A estratégia deverá se valer, entre outros, dos seguintes princípios: preservação de hábitos alimentares regionais e nacionais; incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras produzidas em hortas na própria escola; e restrição ao fornecimento de salgadinhos, doces e frituras.

Para a relatora, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), a proposta “está revestida de grande alcance social, especialmente por intentar prevenir precocemente



Relatora, Maria do Carmo considera que projeto tem grande alcance social

os problemas decorrentes de uma alimentação não saudável”, como colesterol alto, hipertensão e obesidade. A senadora acatou emenda de Cristovam Buarque (PDT-DF) que cria rótulos em cores diferenciadas para que o consumidor possa avaliar o grau de comprometimento do alimento com a saúde.

## Execução do Hino Nacional em jogos pode ser obrigatória

A execução do Hino Nacional poderá se tornar obrigatória na abertura das competições organizadas por entidades do Sistema Nacional do Desporto, segundo projeto (PLS 517/09) de Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado terminativamente pela CE ontem.

A comissão acatou o PLC 186/10, que dá o título de Capital Nacional da Tecnologia para São Carlos (SP) e a inclusão do Barão do Rio Branco no Livro dos heróis da pátria (PLC 41/11).

## CMA debaterá proteção a animais em extinção

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) realizará, em 14 de outubro, colóquio sobre proteção a animais ameaçados de extinção. Proposto pelo presidente da comissão, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), o evento será realizado em parceria com o Superior Tribunal de Justiça, o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a União Internacional para a Conservação da Natureza.



Davim elogia série de eventos no RN

## Davim: festival mostra riqueza da cultura nordestina

O Festival Agosto da Alegria – com eventos promovidos este mês pelo governo do Rio Grande do Norte – obteve resultado positivo ao buscar a interseção da cultura regional com o turismo em Natal na baixa estação, disse Paulo Davim (PV-RN).

Segundo o senador, o festival, que termina neste domingo, valoriza o folclore, as artes e a gastronomia do Nordeste. Estiveram presentes cerca de 1 milhão de pessoas e participaram artistas como os músicos Jorge Aragão e Paulinho da Viola, e o escritor Ariano Suassuna.

## Mozarildo cobra apoio à população de área demarcada

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) relatou ter conversado com a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, sobre a adoção de medidas de apoio à população afetada pela demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol. De acordo com o senador, 400 famílias que foram obrigadas a deixar a região aguardam um programa de atendimento.

– Não foram sequer indenizadas ou reassentadas – disse, acrescentando que também não há um programa de desenvolvimento para índios de várias etnias que habitam a reserva.

Mozarildo também defendeu a construção de uma usina hidrelétrica na área da reserva. O empreendimento, além de abastecer o estado, destinaria parte dos lucros para as comunidades indígenas. Mozarildo pediu ainda atenção do governo para a faixa de fronteira.



Para senador, órgãos do governo não têm políticas para essas áreas

## Mozarildo: país não está atento às fronteiras

O país ainda “não está atento” ao que se passa em suas fronteiras, disse ontem Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), ao concluir o segundo ciclo de debates sobre o tema promovido pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Durante as audiências públicas realizadas nesse ciclo, observou o senador, diversos órgãos do governo demonstraram não ter uma política para essas áreas.

– Não há a devida atenção às populações que residem nas áreas de fronteira, nem aos ilícitos transfronteiriços. Também não existe uma interação adequada com os países vizinhos. O Brasil se dá o luxo de não se preocupar com as suas fronteiras – afirmou Mozarildo, que preside a subcomissão, vinculada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O segundo ciclo tratou da questão do desenvolvimento econômico e social da faixa de fronteira. Um dos pontos em comum entre os participantes das audiências, ressaltou Mozarildo, foi o entendimento de que as emendas parlamentares são importantes para o Orçamento da União como meio de garantir recursos para as regiões fronteiriças.

Esse foi o caso da coordenadora-geral de Região Sul da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, Cláudia Cybelle Freire. Ela apontou a faixa de fronteira como um dos “endereço da pobreza” no país e relatou que 97% dos recursos do programa direcionado a essas regiões são provenientes das emendas.

O terceiro ciclo de debates promovido pela subcomissão terá início no dia 13 de setembro. Dessa vez, o principal tema das audiências será a infraestrutura de transportes nas regiões de fronteira.

Pauta da comissão inclui cinco projetos com reforço orçamentário destinado a inúmeras ações de governo, como a contratação de servidores aprovados em concurso para a CVM

# CMO vota crédito adicional para vários ministérios

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) examina hoje pauta com cinco projetos que abrem créditos adicionais a diversos ministérios.

Um dos textos – o PL 7/11 – prevê crédito suplementar de R\$ 19,2 milhões em favor dos ministérios da Fazenda; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e do Turismo. Os recursos destinam-se à contratação de novos servidores aprovados em concurso pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); ao pagamento de despesas de digitalização do acervo do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi); e à implantação de projetos em localidades com potencial para se tornarem destinos turísticos, com vistas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

Já o PL 13/11 destina crédito suplementar de R\$ 44,8 milhões



Deputado Roberto Brito (E) e senadores Walter Pinheiro e Vital do Rêgo

ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, destinado a contratos administrativos na área de tecnologia da informação e à aquisição de equipamentos para cooperativas de materiais recicláveis.

O PL 14/11, por sua vez, suplementa a programação de empresas estatais em R\$ 445,6 milhões e beneficia a Companhia das Docas do Estado da Bahia, a

Companhia Docas do Rio Grande do Norte, as Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf).

Os outros dois projetos preveem créditos (R\$ 16,6 milhões) em favor dos ministérios da Justiça e da Defesa, e para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (R\$ 2,3 milhões).

## Acolhido pedido de auditoria sobre Sistema S

O Senado aprovou ontem requerimento de Ataídes Oliveira (PSDB-TO) solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de auditorias nas entidades componentes do Sistema S: Sesi, Senai, Sesc, Sest, Senat, Senar, SESCOOP, ABDI, Apex e Sebrae. As auditorias pedidas são referentes às gestões dos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Ataídes tem cobrado transparência na aplicação de recursos públicos no Sistema S. Entre suas críticas está o fato de que, apesar de receberem dinheiro do governo para qualificação de trabalhadores, os cursos oferecidos pelo sistema são cobrados.

## PECs da reforma política prontas para votação

Estão prontas para entrar na ordem do dia do Senado três propostas de emenda à Constituição (PECs) elaboradas pela Comissão Especial de Reforma Política. As PECs tratam de suplência de senadores, da realização de referendo para validar mudanças no sistema eleitoral e da mudança na data de posse de chefes do Executivo.

As propostas devem ser votadas assim que a pauta, trancada pela medida provisória que reestrutura os Correios (MP 532/11), for liberada. As três proposições foram aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

## Congresso analisa créditos adicionais nesta quinta-feira

Senadores e deputados se reúnem em sessão conjunta do Congresso Nacional, ao meio-dia de amanhã, para votar três projetos que abrem créditos adicionais ao Orçamento da União.

O PLN 3/11 abre crédito de R\$ 999,1 milhões para os ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O PLN 6/11 reserva R\$ 88,3 milhões para o Ministério da Educação aplicar na manutenção de 475 novos estabelecimentos de educação infantil pública. O PLN 10/11 destina R\$ 38 milhões a órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.

## Senado aprova dois novos diretores para o Dnit

As indicações presidenciais para compor a diretoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) receberam o aval do Senado. Os engenheiros Roger da Silva Pêgas ocupará o cargo de diretor de Infraestrutura Rodoviária e José Florentino Caixeta será diretor de Planejamento.

Os dois já haviam sido aprovados na semana passada, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Na CI, Roger Pêgas, atual responsável pelo acompanhamento das obras rodoviárias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), disse saber das dificuldades da sua missão em área vital para um país que tem sua logística apoiada no transporte rodoviário. Ele assinalou que o modal responde por mais de 60% da matriz de transporte de carga e pela movimentação de 36 milhões de passageiros.

Pêgas assinalou ainda que o orçamento do Dnit vem crescendo, tendo passado de R\$ 1 bilhão em 2003 para R\$ 11 bilhões em 2011. Ainda assim, a evolução dos gastos significa um resgate apenas parcial da falta de investimentos dos últimos 35 anos.

José Florentino Caixeta, também na CI, comentou que problemas nas obras decorrem de projetos – básicos ou executivos – malfeitos.

## Ferraço defende acordo no Senado sobre royalties



Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu que o Senado chegue a um acordo sobre a distribuição dos royalties

do petróleo na camada do pré-sal até 16 de setembro, quando o Congresso deve examinar o veto do ex-presidente Lula à emenda que propôs uma divisão igualitária dos recursos.

A emenda não considerou os impactos da extração do petróleo nos estados produtores e foi feita ao arripio da lei, rompendo contratos já em andamento, disse o senador.

## Vanessa ressalta PEC dos Soldados da Borracha



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a proposta que concede aos chamados soldados da borracha

– seringueiros recrutados para trabalhar na Amazônia na 2ª Guerra Mundial – direitos de ex-combatentes. Segundo a senadora, que apresentou a PEC 556/02 quando era deputada, “garantir esses direitos é reconhecer atos de heroísmo”.

Entre os direitos previstos, estão estabilidade no serviço público, aposentadoria integral com 25 anos de serviço e prioridade na aquisição de casa própria.

## Jayme Campos lamenta violência em Mato Grosso



Mato Grosso sofre com crimes violentos, baixo efetivo policial e lentidão na Justiça, disse Jayme Campos (DEM-MT).

Segundo o senador, a situação da segurança pública no estado está “insustentável”. Para ele, “os governos têm obrigação ética de reprimir o crime, punindo exemplarmente os culpados”. O senador elogiou o programa do governo federal para a segurança (Pronasci), mas mostrou-se cético quanto ao preenchimento das 2.800 bases comunitárias estabelecidas.

## Governo quer reduzir Selic, diz Santiago



Senador elogia ações dos governos petistas

Wilson Santiago (PMDB-PB) elogiou as políticas públicas adotadas nos últimos oito anos pelo governo petista que, afirmou, possibilitaram o crescimento econômico do país, reconhecimento externo, geração de emprego e renda e ganho real para os trabalhadores.

O parlamentar disse que o governo tem procurado favorecer o crescimento com a redução da taxa de juros. Ele lembrou que, na segunda, a presidente Dilma Rousseff se reuniu com o Conselho Político para definir novas medidas, como a possibilidade de ampliação do superávit primário em R\$ 10 bilhões e a perspectiva de redução da taxa Selic.

## Amorim apoia agentes de saúde



Eduardo Amorim: reivindicações justas

Eduardo Amorim (PSC-SE) reforçou as reivindicações dos agentes de saúde e de endemias, constantes no Projeto de Lei 7.495/06, em tramitação na Câmara dos Deputados. Para ele, a criação de um piso salarial nacional e uma data-base para a categoria são pedidos legítimos.

O senador defendeu o estabelecimento de diretrizes para os planos de carreira das categorias. O projeto foi debatido na segunda-feira na Assembleia Legislativa de Sergipe.

O parlamentar afirmou que, como ex-secretário de Saúde do estado, pode afirmar que esses agentes são “construtores de cidadania”.